

Aula 00

*ISS-Porto Alegre (Auditor Fiscal da
Receita Municipal) Passo Estratégico de
Contabilidade Pública - 2024 (Pós-Edital)*

Autor:
Alexandre Violato Peyerl

08 de Agosto de 2024

Índice

1) Apresentação	3
2) Noções Gerais - Análise Estatística Fundatec	5
3) Noções Gerais - Roteiro de Revisão	6
4) Noções Gerais - Aposta Estratégica	18
5) Noções Gerais - Questões Estratégicas Fundatec	19
6) Noções Gerais - Questionário de Revisão	35
7) Noções Gerais - Lista de Questões Fundatec	40
8) Noções Gerais - Gabarito Fundatec	49
9) Noções Gerais - Referências Bibliográficas	50



APRESENTAÇÃO DO CURSO

Olá, seja muito bem-vindo ao nosso Passo Estratégico de Contabilidade Pública!

Sou Alexandre Violato Peyerl, Chefe Técnico da Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Sou graduado em Administração e pós-graduado em Finanças e em Auditoria e Perícia Contábil. Comecei efetivamente a estudar para concursos no fim de 2014 e obtive várias aprovações, como Banco do Brasil (3º lugar para Curitiba), Analista de Projetos da Área Econômico-Financeira do BRDE (1º lugar geral), Administrador da Itaipu Binacional (2º lugar) e Agente da Fiscalização (Auditor de Controle Externo) do TCE/SP (2º lugar para Registro), onde trabalho hoje. Foi uma jornada árdua, com derrotas e vitórias, mas digo para você, estude muito, dê o seu melhor, pois valerá muito a pena!



O QUE É O PASSO ESTRATÉGICO?

O Passo Estratégico é um material escrito e enxuto que possui dois objetivos principais:

- a) orientar revisões eficientes;
- b) destacar os pontos mais importantes e prováveis de serem cobrados em prova.

Assim, o Passo Estratégico pode ser utilizado tanto para **turbinar as revisões dos alunos mais adiantados nas matérias, quanto para maximizar o resultado na reta final de estudos por parte dos alunos que não conseguirão estudar todo o conteúdo do curso regular.**

Em ambas as formas de utilização, como regra, **o aluno precisa utilizar o Passo Estratégico em conjunto com um curso regular completo.**

Isso porque nossa didática é direcionada ao aluno que já possui uma base do conteúdo.

Assim, se você vai utilizar o Passo Estratégico:

- a) **como método de revisão**, você precisará de seu curso completo para realizar as leituras indicadas no próprio Passo Estratégico, em complemento ao conteúdo entregue diretamente em nossos relatórios;
- b) **como material de reta final**, você precisará de seu curso completo para buscar maiores esclarecimentos sobre alguns pontos do conteúdo que, em nosso relatório, foram eventualmente expostos utilizando uma didática mais avançada que a sua capacidade de compreensão, em razão do seu nível de conhecimento do assunto.

Seu cantinho de estudos famoso!

Poste uma foto do seu cantinho de estudos e nos marque no Instagram:



@passoestrategico

Vamos repostar sua foto no nosso perfil para que ele fique famoso entre milhares de pessoas!

Bom, feitos os esclarecimentos, vamos descobrir os assuntos que possuem mais chances de cair na nossa prova?



CONTABILIDADE PÚBLICA – INTRODUÇÃO

ANÁLISE ESTATÍSTICA

Tópico	% de cobrança
Despesa Pública	22,63%
Receita Pública.	18,68%
MCASP: Procedimentos Contábeis Patrimoniais	17,37%
Plano de Contas Aplicado ao Setor Público	16,05%
Introdução DCASP e Balanço Orçamentário	9,21%
Contabilidade Pública: Introdução	8,42%
Balanço Patrimonial	4,74%
DFC e DMPL	3,42%
Balanço Financeiro	3,16%
Demonstração das Variações Patrimoniais	2,37%

O que é mais cobrado dentro do assunto?

TÓPICO	% DE COBRANÇA
Regime Orçamentário e Regime Patrimonial	56,67
Conceitos, objeto, abrangência e campo de aplicação	43,33



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Para revisar e compreender os aspectos introdutórios à contabilidade pública, você precisa, basicamente, entender os tópicos a seguir.

Primeiramente... **Cuidado se você tiver visto este tópico antes de 2016 e estiver revendo agora, bem como ao fazer questões antigas para treino.** Antigamente, conceituação, campo de aplicação, objeto e objetivos estavam na **NBC T 16.1, todavia, esta norma foi revogada** em setembro de 2016 pela NBC TSP Estrutura Conceitual. Aqui no Passo, por ser um material focado em revisão e consolidação do conteúdo, trabalharemos apenas sobre os conceitos vigentes ou, se revogados, ainda válidos ou passíveis de serem cobrados.

Conceito de contabilidade aplicada ao setor público¹: ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.



¹ Ainda que este conceito seja da revogada NBC T 16.1, ele é plenamente adequado ao estudo da nossa disciplina.



É comum que a banca ao invés de utilizar os termos obrigatório e facultativo, pergunte se o campo de aplicação se estende ou não a determinadas entidades. Nesse caso, se for obrigatório, diz-se que se estende, se for facultativo, que não se estende. O fundamento está na NBC TSP Estrutura Conceitual:

1.8A Esta estrutura conceitual e as demais NBCs TSP **aplicam-se, obrigatoriamente, às entidades do setor público** quanto à elaboração e divulgação dos RCPGs. Estão **compreendidos** no conceito de entidades do setor público: os **governos** nacionais, estaduais, distrital e municipais e seus **respectivos poderes** (abrangidos os tribunais de contas, as defensorias e o Ministério Público), órgãos, secretarias, departamentos, agências, autarquias, fundações (instituídas e mantidas pelo poder público), fundos, consórcios públicos e outras repartições públicas congêneres das administrações direta e indireta (**inclusive as empresas estatais dependentes**).

1.8D As **demais entidades** não compreendidas no item 1.8A, incluídas as empresas estatais independentes, **poderão aplicar esta estrutura conceitual e as demais NBCs TSP de maneira facultativa ou por determinação dos respectivos órgãos reguladores, fiscalizadores e congêneres**.

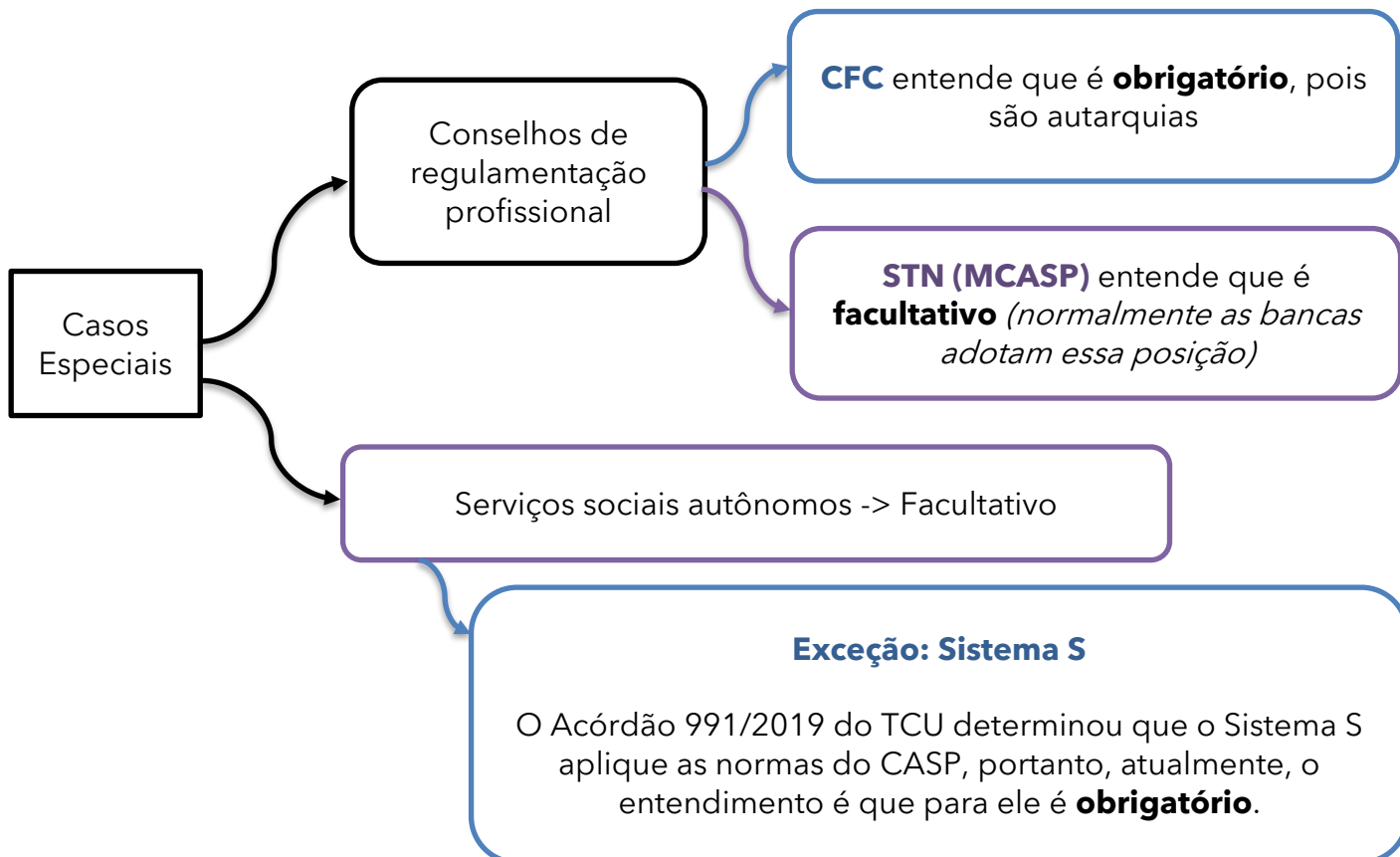
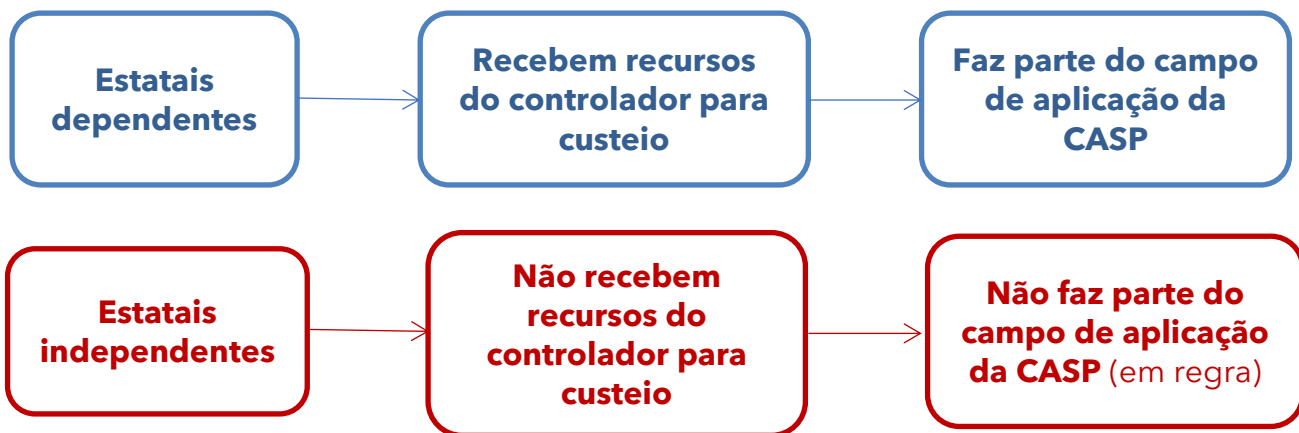
Muita atenção à diferenciação entre as estatais dependentes e as independentes:

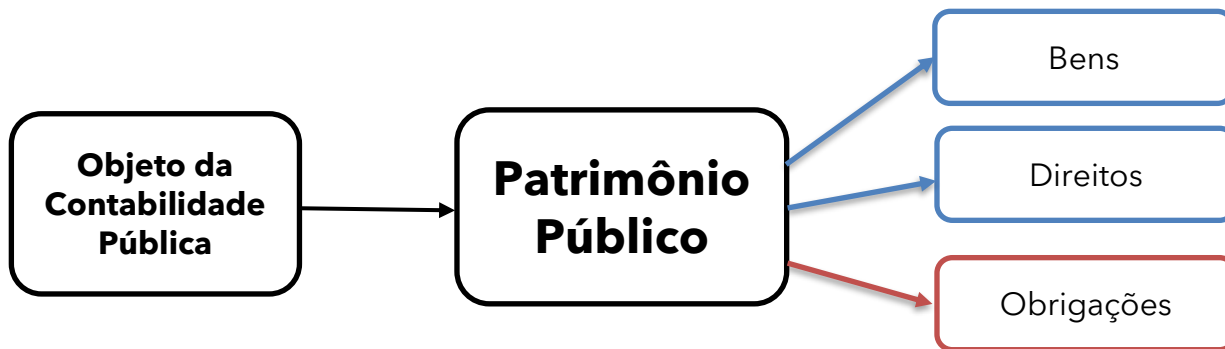
1.8B As empresas **estatais dependentes** são empresas controladas que **recebem do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas** com pessoal, despesas de custeio em geral ou despesas de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

1.8C As **empresas estatais independentes** são todas as demais empresas controladas pelas entidades do setor público que não se enquadram nas características expostas no item 1.8B, as quais, **em princípio, não estão no alcance desta estrutura conceitual e das demais NBCs TSP** (ver item 1.8D).



ESQUEMATIZANDO





Patrimônio Público: conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

Em relação aos bens públicos, lembre-se dos três tipos e quais são controlados pela contabilidade pública:

- **Bens de uso especial** - utilizados pela administração pública para atingir seus fins. São controlados pela CASP.
- **Bens dominicais** - estão sob domínio do Poder Público, mas não possuem um fim específico. São controlados pela CASP.
- **Bens de uso comum do povo** - são aqueles que a sociedade como um todo usufrui. Nem sempre são controlados pela CASP, mas somente em alguns casos, como quando absorvem (ou absorveram) recursos públicos.

Objetivos da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP)

- **Fornecer informações** sobre:
 - Resultados alcançados
 - Aspectos de natureza:
 - Orçamentária - relacionados ao orçamento público propriamente dito.
 - Financeira - relacionados ao fluxo de caixa.
 - Econômica - relacionados aos resultados.
 - Física - relacionados à existência física dos elementos.



- Apoiar:
 - Tomada de decisão
 - Prestação de contas
 - Instrumentalização do controle social

O estudo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público está amparado em diversos documentos, dentre os quais possuem maior importância o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as NBCs TSPs e a Lei nº 4.320/64.

O MCASP é bastante abrangente e será abordado com frequência a partir da próxima aula.

Nessa parte introdutória, é importante que você conheça alguns pontos da NBC TSP Estrutura Conceitual.

Objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

- Esta parte está no item 2 da NBC TSP Estrutura Conceitual. A literalidade dele costuma ser cobrada, portanto faça a sua leitura (transcrevemos na íntegra logo abaixo).
- Parte do pressuposto de que o **objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade**, em vez de obter lucros e gerar retorno aos investidores.
- Fornecimento de informações sobre a entidade do setor público que sejam úteis aos usuários dos RCPGs.
- Objetivos -> Subsidiar:
 - Processos decisórios
 - Prestação de contas
 - Responsabilização (*accountability*)

2. O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores. Conseqüentemente, o desempenho de tais entidades pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa. Os RCPGs fornecem informações aos seus usuários para subsidiar os processos decisórios e a prestação de contas e responsabilização (*accountability*). Portanto, os usuários dos RCPGs das entidades do setor público precisam de informações para subsidiar as avaliações de algumas questões, tais como:



- (a) se a entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz;
- (b) quais são os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros, e até que ponto há restrições ou condições para a utilização desses recursos;
- (c) a extensão na qual a carga tributária, que recai sobre os contribuintes em períodos futuros para pagar por serviços correntes, tem mudado; e
- (d) se a capacidade da entidade para prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores.

Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG)

- Elaborado para atender às necessidades dos **usuários em geral**.
- **Não tem o propósito de atender a finalidades ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários.**
- Podem compreender relatórios diversos, cada qual atendendo a certos aspectos dos objetivos e do alcance da elaboração e divulgação da informação contábil.
- Abrangem:
 - Demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas.
 - Apresentação de informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.
- A informação sobre a situação patrimonial possibilita aos usuários identificarem os recursos da entidade e as demandas sobre eles, o que subsidia avaliações como:
 - Extensão na qual a administração **cumpriu suas obrigações** em salvaguardar e administrar os recursos da entidade.
 - Extensão na qual os **recursos estão disponíveis** para dar suporte às atividades relativas à prestação de serviços futuros e às **mudanças** durante o exercício.
 - **Montantes e o cronograma** de fluxos de caixa futuros necessários aos serviços e ao pagamento das demandas existentes sobre os recursos da entidade.
- Para auxiliar os usuários a entender, interpretar e inserir em contexto a informação apresentada nas demonstrações contábeis, os RCPGs também podem fornecer informações financeiras e não financeiras que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis, inclusive as informações sobre questões relacionadas ao governo ou outra entidade do setor público, tais como:



- Conformidade com os orçamentos aprovados e outra regulamentação relativa às suas operações;
 - Atividades de prestação de serviços e os seus respectivos resultados durante o exercício;
 - Expectativas relacionadas às atividades de prestação de serviços e outras atividades no futuro, bem como as consequências, em longo prazo, das decisões tomadas e das atividades realizadas durante o exercício, inclusive aquelas que possam impactar as expectativas sobre o futuro.
- Como a informação contábil impõe custos, seus benefícios devem justificá-los. Portanto, essa relação custo-benefício deve ser feita, o que se trata de um julgamento de valor, pois nem sempre é possível identificar todos os custos e benefícios da informação incluída no RCPG.



Cabe destacar ainda que a Estrutura Conceitual traz normas gerais, todavia, quando tiver conflito entre ela e normas específicas vigentes, prevalecem as normas específicas.

Características qualitativas da informação contábil

As características qualitativas da informação incluídas nos RCPGs são atributos que tornam a informação útil aos usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil.

Características qualitativas:

- **Relevância** - capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As demonstrações são capazes de influenciar quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos.
 - As informações têm valor confirmatório se confirmarem ou alterarem expectativas passadas ou presentes.
 - As informações têm valor preditivo quando são voltadas ao futuro, apresentando informações acerca dos objetivos, custos e atividades previstas da prestação de serviços, além do montante e das fontes de recursos que se destinam a serem alocados na prestação de serviços no futuro.
 - Mesmo que alguns usuários já conheçam a informação ou decidam desconsiderá-la, ela será considerada relevante caso tenha o potencial de exercer influência.
- **Representação fidedigna** - é alcançada quando a representação do fenômeno é **completa, neutra e livre de erro material**.
 - Neutralidade corresponde à ausência de viés, o que significa que informação não é apresentada buscando atingir um resultado em particular.
 - Estar livre de erro material não significa exatidão completa, mas que não há erros ou omissões que sejam individualmente ou coletivamente relevantes na descrição do fenômeno.
- **Compreensibilidade** - permite que os usuários compreendam o seu significado. É aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.
 - A comparabilidade pode aprimorar a compreensibilidade.
- **Tempestividade** - disponibilidade para o usuário a tempo de ela ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil.
 - A informação deve estar disponível aos usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas, responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.



- **Comparabilidade** - possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.
 - A comparabilidade difere da consistência. A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração. A comparabilidade é o objetivo, enquanto a consistência auxilia a atingi-la.
 - Não é necessário haver uniformidade para haver comparabilidade. Informações semelhantes devem parecer semelhantes, informações distintas devem parecer distintas.
- **Verificabilidade** - ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar.
 - Para ser verificável, a informação não precisa ser um ponto único estimado, podendo também ser utilizado um intervalo de possíveis valores e suas probabilidades.

Restrições inerentes à informação:

- **Materialidade** - a informação é material quando a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício. Não há um limite predeterminado uniforme a partir do qual a informação é considerada material.
- **Custo-benefício** - se os benefícios de divulgar uma informação justificam os custos incorridos para fornecê-la e utilizá-la.
- **Alcance do equilíbrio adequado entre as características qualitativas** - deve-se buscar o equilíbrio entre as características qualitativas para satisfazer aos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil, pois em muitos casos é necessária uma compensação entre elas para alcançar os objetivos da informação.

Elementos das demonstrações contábeis

- **Ativo** - recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.
 - Recurso - item com potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos.
 - A propriedade legal do recurso não é uma característica essencial de um ativo, no entanto, é um indicador de controle.



- **Passivo** - obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.
 - Um passivo deve envolver uma saída de recursos da entidade para ser liquidado ou extinto. A obrigação que pode ser liquidada ou extinta sem a saída de recursos da entidade não é um passivo.
- **Situação patrimonial líquida** - diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida na demonstração que evidencia a situação patrimonial como patrimônio líquido.
- **Receita** - aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.
- **Despesa** - diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários.
- **Superávit ou déficit da entidade para o exercício** - diferença entre as receitas e as despesas que constam nas demonstrações que evidencia o desempenho das entidades do setor público.
- **Contribuição dos proprietários** - entrada de recursos para a entidade a título de contribuição das partes externas, que estabelece ou aumenta a participação delas no patrimônio líquido da entidade.
- **Distribuição aos proprietários** - saída de recursos da entidade a título de distribuição a partes externas, que representa retorno sobre a participação ou a redução dessa participação no patrimônio líquido da entidade.

Orçamentário X Patrimonial

Mesmo que este seja seu primeiro contato com esta disciplina, se você já estudou Contabilidade, lembra que temos os regimes de caixa e o de competência:

- **Regime de competência** -> os registros contábeis são realizados em função do fato gerador, independentemente do recebimento ou pagamento dos valores.
- **Regime de caixa** -> os registros contábeis são realizados em função dos efetivos recebimentos ou pagamentos dos valores.

Em Contabilidade Pública, os lançamentos podem ainda ser patrimoniais ou orçamentários. De início, é essencial que você conheça estes artigos da Lei nº 4.320/64:

*"Art. 34. O **exercício financeiro** coincidirá com o **ano civil**."*



Esse artigo é simples e cobrado com frequência, não se esqueça dele:



"Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I - as **receitas nêle arrecadadas**;

II - as **despesas nêle legalmente empenhadas**."

O artigo 35 diz respeito aos **lançamentos orçamentários** e traz um regime misto, em que as **receitas são reconhecidas pelo regime de caixa** e as **despesas pelo regime de competência**.

Todavia, nos lançamentos patrimoniais, segue-se o **regime de competência**.



ESQUEMATIZANDO



Para consolidar...

Pense no IPTU da sua casa. No início do ano, a Prefeitura já reconhece a VPA por conta da constituição da sua obrigação em pagar o imposto. Todavia, a receita orçamentária será reconhecida somente no momento da arrecadação.

É importante que você entenda bem essa diferença, mas se tiver com alguma dificuldade, não se preocupe, pois ela será revista várias vezes nas próximas aulas.

Princípios da Contabilidade

Os Princípios da Contabilidade estavam previstos na Resolução nº 750/93. Todavia, esta foi revogada com a publicação da NBC TSP Estrutura Conceitual, que faz parte do processo de convergência às normas internacionais.

Isso não necessariamente significa que os princípios estejam extintos, mas sim que a norma foi revogada para evitar eventuais conflitos de referências conceituais. Após a revogação a cobrança vem sendo muito rara, mas ainda assim entendo que seja importante você conhecer os seguintes:

Entidade - O patrimônio da entidade não se confunde com o patrimônio dos sócios. A entidade possui autonomia patrimonial. A soma ou agregação de patrimônios autônomos não resulta em nova entidade.

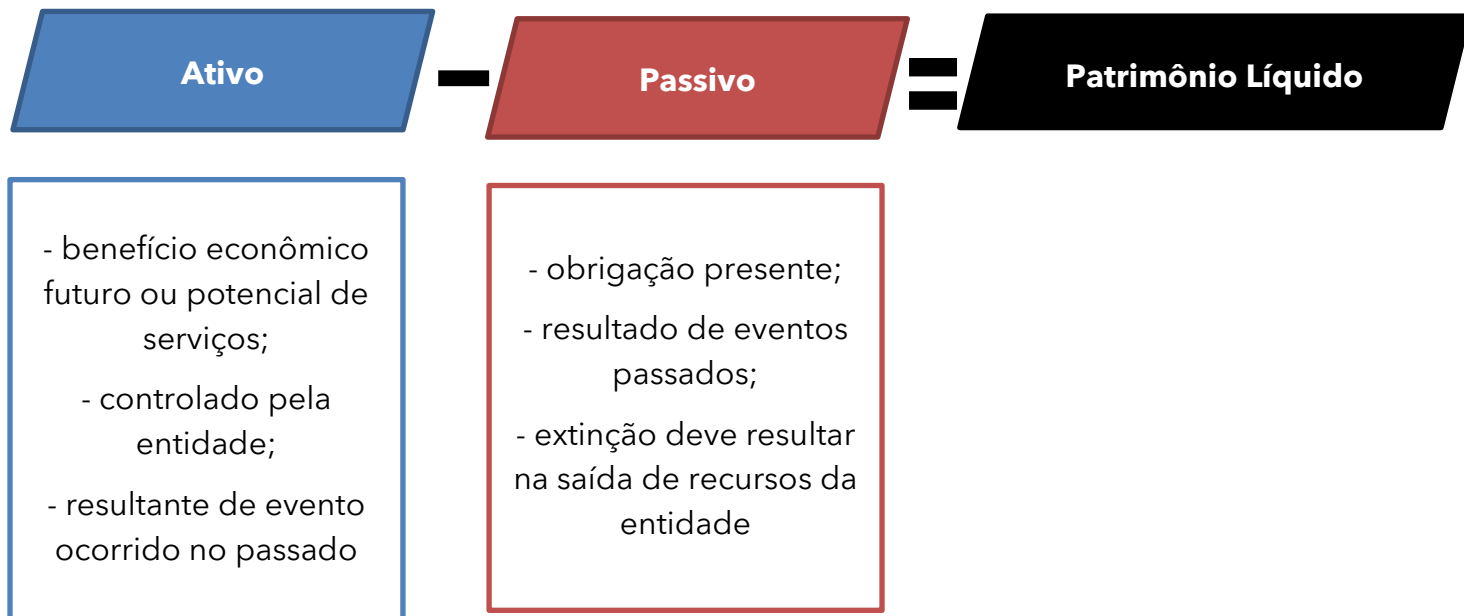
Oportunidade - Refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, sendo necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

Competência - Determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.



APOSTA ESTRATÉGICA

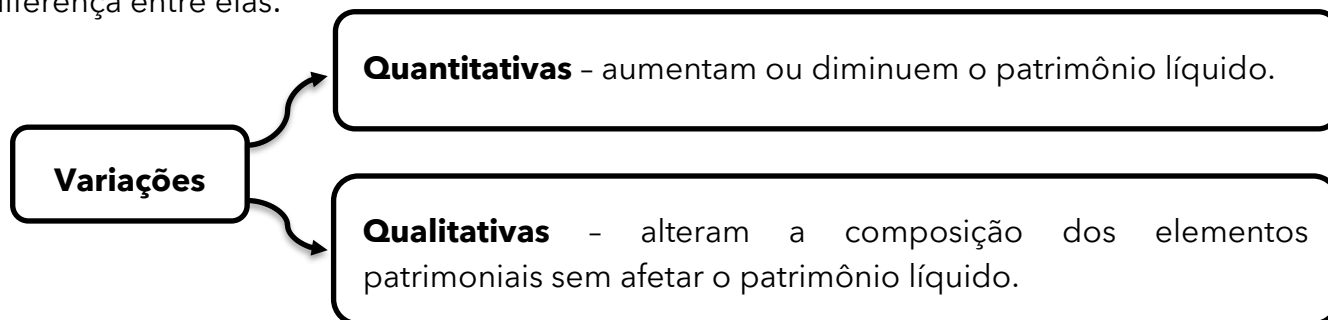
Dentre os assuntos abordados neste relatório, é de suma importância que você entenda as características básicas do ativo, do passivo e do patrimônio líquido.



No mesmo sentido, é importante conhecer o Resultado Patrimonial:



É muito provável ainda que a banca apresente algumas transações e peça que você identifique se são variações patrimoniais quantitativas ou qualitativas. Portanto, lembre-se da principal diferença entre elas:



QUESTÕES ESTRATÉGICAS



Conceitos e aplicabilidade

1. (Fundatec/2023/IFC/Técnico - Contabilidade)

Em relação ao Campo de Aplicação e Abrangência do Sistema Contábil Público, analise as assertivas abaixo:

- I. Órgãos, secretarias, departamentos, agências, autarquias, fundações (instituídas e mantidas pelo Poder Público) são dispensados de aplicar a contabilidade pública.
- II. Tribunais de contas, defensorias e Ministério Público não devem aplicar a contabilidade pública.
- III. Aplica-se a contabilidade pública a governos nacional, estaduais, distrital e municipais.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) I, II e III.

Comentários

Vejamos como o MCASP (10ª edição) prevê a obrigatoriedade de aplicação da contabilidade aplicada ao setor público:

As normas estabelecidas no MCASP aplicam-se, obrigatoriamente, às entidades do setor público. Estão compreendidos no conceito de entidades do setor público: os **governos nacional (União), estaduais, distrital (Distrito Federal)** e municipais e seus respectivos poderes (abrangidos os tribunais de contas, as defensorias e o Ministério Público), órgãos, secretarias, departamentos, agências, autarquias, fundações (instituídas e mantidas pelo poder público), fundos, consórcios públicos e outras repartições públicas congêneres das administrações direta e indireta (inclusive as empresas estatais dependentes).



Concluimos, portanto, que apenas a assertiva III está correta, pois os órgãos e entidades citados nas afirmativas I e II também devem aplicar obrigatoriamente a contabilidade pública.

Gabarito: C

2. (Fundatec/2023/CAU-RS/Contador)

Conforme o MCASP, quando a omissão ou distorção de uma informação possa influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização (accountability), ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício, essa informação é considerada:

- a) Útil.
- b) Material.
- c) Fidedigna.
- d) Importante.
- e) Relevante.

Comentários

O enunciado da questão traz a restrição inerente à informação da materialidade:

- **Materialidade** - a informação é **material** quando a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício. Não há um limite predeterminado uniforme a partir do qual a informação é considerada material.

A alternativa correta, portanto, é a letra B.

As alternativas C e E trazem características qualitativas da informação contábil:

- **Relevância** - capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As demonstrações são capazes de influenciar quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos.
- **Representação fidedigna** - é alcançada quando a representação do fenômeno é **completa, neutra e livre de erro material**.

Gabarito: B

3. (Fundatec/2023/IFC/Técnico - Contabilidade)

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), para ser útil, a informação contábil deve representar os fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar de forma completa, neutra e livre de erro material. A qual característica qualitativa da informação contábil o trecho se refere?



- a) Compreensibilidade.
- b) Tempestividade.
- c) Comparabilidade.
- d) Relevância.
- e) Representação fidedigna.

Comentários

A característica que é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material é a representação fidedigna, sendo a letra E o gabarito da questão. As demais alternativas trazem outras características qualitativas. Reforçando seus conceitos:

- **Relevância** - capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As demonstrações são capazes de influenciar quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos.
- **Representação fidedigna** - é alcançada quando a representação do fenômeno é **completa, neutra e livre de erro material**.
- **Compreensibilidade** - permite que os usuários compreendam o seu significado. É aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.
- **Tempestividade** - disponibilidade para o usuário a tempo de ela ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil.
- **Comparabilidade** - possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.
- **Verificabilidade** - ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar.

Gabarito: E

4. (Fundatec/2021/Prefeitura de Tramandaí/Tesoureiro)

De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, analise as seguintes assertivas:

- I. Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.



II. O objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

III. A função social da Contabilidade Aplicada ao Setor Público deve refletir, sistematicamente, o ciclo da administração pública para evidenciar informações necessárias à tomada de decisões, à prestação de contas e à instrumentalização do controle social.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) I, II e III.

Comentários

A NBC T 16.1 já está revogada, mas a Fundatec ainda costuma utilizar os seus conceitos, os quais são válidos e doutrinariamente aceitos. Vamos aos itens:

I - Certo. Literalidade da NBC T 16.1:

Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.

II - Certo. NBC T 16.1:

O objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

III - Certo. Novamente, a literalidade da NBC T 16.1:

A função social da Contabilidade Aplicada ao Setor Público deve refletir, sistematicamente, o ciclo da administração pública para evidenciar informações necessárias à tomada de decisões, à prestação de contas e à instrumentalização do controle social.

Gabarito: D



5. (Fundatec/2021/Prefeitura de Candelária/Contador)

Conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público NBCT 16, analise as seguintes assertivas:

I. O objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

II. Patrimônio Público é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor privado, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor privado.

III. A função social da Contabilidade Aplicada ao Setor Público deve refletir, sistematicamente, o ciclo da administração pública para evidenciar informações necessárias à tomada de decisões, à prestação de contas e à instrumentalização do controle social.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e III.
- e) I, II e III.

Comentários

Questão para concurso diferente, mas no mesmo da questão anterior, e que aborda a mesma norma e na maior parte os mesmos conceitos.

I - Certo.

O objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.



II – Errado. Se você marcou certo, é porque leu muito rápido. Lei novamente e tente identificar o erro.

A questão erra ao dizer “entidades do setor privado”, pois o correto é “entidades do setor público”. Literalidade da NBC T 16.1:

Patrimônio Público: o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades **do setor público**, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

III – Certo.

A função social da Contabilidade Aplicada ao Setor Público deve refletir, sistematicamente, o ciclo da administração pública para evidenciar informações necessárias à tomada de decisões, à prestação de contas e à instrumentalização do controle social.

Gabarito: D

6. (Fundatec/2020/Prefeitura de Imbé/Tesoureiro)

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle:

- a) patrimonial de entidades do setor público.
- b) da Penúria Pública.
- c) do Patrimônio dos Servidores Públicos.
- d) patrimonial dos Fornecedores.
- e) da apuração de imposto de renda de entidades públicas.

Comentários

A contabilidade pública é direcionada ao controle patrimonial das entidades do setor público, sendo, inclusive, o patrimônio público o objeto da contabilidade aplicada ao setor público. Portanto, a alternativa correta é a letra A.

Gabarito: A

7. (Fundatec/2020/GHC/Contador)

Assinale a alternativa que apresenta o objeto da contabilidade aplicada ao setor público segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC T 16.

- a) Ativo e Passivo.
- b) Patrimônio Público.



- c) Situação Líquida Patrimonial.
- d) Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- e) Comitê de Pronunciamento Contábil.

Comentários

O objeto da contabilidade aplicada ao setor público é o patrimônio público, conforme afirma a alternativa B. Reforçando com a literalidade da NBC T 16.1:

O objeto da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o patrimônio público.

Gabarito: B

8. (Fundatec/2019/Prefeitura de Porto Alegre)

As características qualitativas da informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das entidades do setor público são:

- a) Autenticidade, objetividade, compreensibilidade, representação fidedigna, comparabilidade e verificabilidade.
- b) Autenticidade, relevância, objetividade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade.
- c) Objetividade, autenticidade, compreensibilidade, relevância, comparabilidade e verificabilidade.
- d) Objetividade, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, autenticidade e verificabilidade.
- e) Relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade.

Comentários

A alternativa que traz corretamente as características qualitativas é a letra E. Relembrando para não confundir:

Características qualitativas da informação -> Relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade.

Restrições inerentes à informação -> Materialidade, custo-benefício e alcance do equilíbrio adequado entre as características qualitativas.

Identificando os erros das demais:

- a) **Autenticidade**, **objetividade**, compreensibilidade, representação fidedigna, comparabilidade e verificabilidade.
- b) **Autenticidade**, relevância, **objetividade**, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade.
- c) **Objetividade**, **autenticidade**, compreensibilidade, relevância, comparabilidade e verificabilidade.



d) **Objetividade**, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, **autenticidade** e verificabilidade.

Gabarito: E

9. (Fundatec/2019/CRP 7/Contador)

O objetivo da elaboração e da divulgação da informação contábil dos entes públicos é fornecer dados para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e de tomada de decisão. Em face disso, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) enumeram as seis características qualitativas da informação contábil. Entre elas, há uma que visa a garantir a informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil. Ter a informação disponível mais rapidamente pode aprimorar a sua utilidade como insumo nos processos descritos acima. Essa característica qualitativa é a:

- a) Comparabilidade.
- b) Compreensibilidade.
- c) Relevância.
- d) Representação Fidedigna.
- e) Tempestividade.

Comentários

A questão trata da característica qualitativa da tempestividade e, portanto, a alternativa correta é a letra E. A tempestividade está relacionada à disponibilização da informação a tempo de ela ser útil para fins de responsabilização, tomada de decisão e prestação de contas.

Relembrando os conceitos das demais características previstas nas alternativas.

Letra A - Comparabilidade - possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.

Letra B - Compreensibilidade - permite que os usuários compreendam o seu significado. É aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.

Letra C - Relevância - capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

Letra D - Representação Fidedigna - é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.

Gabarito: E



10. (Fundatec/2019/Prefeitura de Salto do Jacuí)

Sobre a Contabilidade Pública, podemos afirmar que tem como objeto:

- a) O Patrimônio de uso comum do povo.
- b) O Patrimônio Público e o controle orçamentário.
- c) Os órgãos de controle interno e externo da administração direta e indireta.
- d) O Patrimônio e os bens de domínio público que no período recebem recursos governamentais.
- e) Registrar e controlar as alterações ocorridas no Patrimônio das Entidades Públicas ou Privadas.

Comentários

O objeto da Contabilidade Pública é o Patrimônio Público. Isso está previsto na revogada NBC T 16.1, mas ainda possui respaldo doutrinário. A banca incluiu também o controle orçamentário como objeto da Contabilidade Pública. Não encontrei nenhuma doutrina ou normativo que o incluísse também como objeto, mas, de qualquer forma, a banca considerou a letra B como correta e, como a questão é bastante recente, vamos levar esse como o entendimento da banca para a sua prova.

Gabarito: B

11. (Fundatec/2019/Pref P das Missões/Contador)

No que diz respeito à contabilidade aplicada ao setor público, assinale a alternativa correta

- a) O objetivo é registrar os atos e fatos de naturezas orçamentárias, financeiras, patrimoniais e de compensação, demonstrando ao final do exercício o resultado apurado.
- b) É o ramo da ciência contábil em que se aplicam, no processo gerador de informações, os princípios orçamentários e as normas contábeis direcionadas ao controle patrimonial de entidades públicas.
- c) Utiliza sistema misto de contas, compreendendo o regime de competência, o de caixa, e o orçamentário e o financeiro.
- d) O objeto é registrar e controlar as alterações ocorridas no Patrimônio das Entidades Públicas ou Privadas, desde que recebam e apliquem recursos públicos.
- e) Fornece informações para o fim de demonstrar a organização e a execução da fazenda pública, o Patrimônio Público e suas variações e que auxiliam o processo de tomada de decisões por parte dos agentes e administradores públicos, bem como a adequada prestação de contas.



Comentários

Questão de 2019, mas que cobra conceitos da NBC T16.1, que foi revogada a partir de 01/01/2017. De qualquer forma, os conceitos são aceitos doutrinariamente e a banca pode cobrar novamente. Vamos aos itens.

Letra A - Errada. O objetivo não é apenas registrar os atos e fatos, mas sim fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações.

Letra B - Errada. Questão bastante literal da banca. Veja o que diz a NBC T 16.1:

*"Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os **Princípios de Contabilidade** e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público."*

Observe que o item fala em princípios orçamentários, não em princípios de Contabilidade, e por isso está errado.

Letra C - Errada. O sistema misto de contas compreende o regime de competência e o de caixa. O sistema misto está respaldado na Lei nº 4.320/64, a qual dispõe que:

"Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I - as receitas nêle arrecadadas;

II - as despesas nêle legalmente empenhadas."

Portanto, trata-se de um regime misto, em que as receitas são reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas por competência. Em aula futura trataremos do tema com maiores detalhes.

Letra D - Errada. O Objeto da Contabilidade Pública é o patrimônio público.

Letra E - Certa. A questão traz conceitos corretos a respeito da Contabilidade Pública. Realmente a prestação de contas e o apoio à tomada de decisões pelos administradores públicos estão na essência da Contabilidade Pública. Veja, por exemplo, como dispõe a NBC TSP Estrutura Conceitual:

*"2. O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores. Conseqüentemente, o desempenho de tais entidades pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa. Os RCPGs **fornecem informações aos seus usuários para subsidiar os processos decisórios e a prestação de contas e responsabilização (accountability)**. Portanto, os usuários dos RCPGs das entidades do setor público precisam de informações para subsidiar as avaliações de algumas questões, tais como (...)"*

Gabarito: E



Orçamentário x Patrimonial

12. (Fundatec/2021/Prefeitura de Amestista do Sul/Auditor Fiscal)

Quanto aos registros contábeis dos valores relativos a uma determinada receita tributária de uma Prefeitura Municipal, assinale a alternativa INCORRETA, levando em conta as normas vigentes.

- a) A receita é classificada entre as receitas correntes.
- b) A Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) é registrada quando do lançamento da receita.
- c) Com o lançamento da receita, constitui-se o crédito tributário, o qual deve ser reconhecido no ativo como um direito da entidade pública.
- d) O registro nas contas de informação de natureza orçamentária ocorre por ocasião da arrecadação, não no lançamento da receita.
- e) O registro nas contas de natureza de informação patrimonial ocorre somente no momento da arrecadação da receita face ao regime de caixa.

Comentários

Questão interessante sobre a diferença do momento do reconhecimento da receita pela natureza orçamentária e pela patrimonial. Vamos analisar as alternativas:

A - Certa. Iremos estudar as classificações das receitas em aulas futuras. O item está correto, pois as receitas tributárias realmente são classificadas como receitas correntes.

B, C e D - Certas. No momento do lançamento da receita, constitui-se o crédito tributário, que representa um direito da entidade pública reconhecido no ativo, e ocorre uma Variação Patrimonial Aumentativa, que é o equivalente à receita sob a ótica patrimonial.

A receita orçamentária, por sua vez, é reconhecida somente no momento da arrecadação.

E - Errada. Na natureza de informação patrimonial usa-se o regime de competência, ou seja, a variação patrimonial aumentativa é reconhecida no momento do fato gerador do direito. É na natureza orçamentária que o reconhecimento da receita ocorre no momento da arrecadação, conforme o regime de caixa.

Gabarito: E

13. (Fundatec/2019/CRP 7/Contador)

De acordo com a lei que rege a contabilidade pública no Brasil, o exercício financeiro coincide com o _____. Pertencem ao exercício financeiro as receitas nele _____ e as despesas nele legalmente _____.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.



- a) ano civil – arrecadadas – empenhadas
- b) ano civil – orçadas – liquidadas
- c) ano social – previstas – fixadas
- d) exercício social – arrecadadas – pagas
- e) exercício social – recolhidas – empenhadas

Comentários

Questão literal sobre os artigos 34 e 35 da Lei nº 4.320/64.

"Art. 34. O exercício financeiro coincidirá com o **ano civil**."

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I - as receitas nêle **arrecadadas**;

II - as despesas nêle legalmente **empenhadas**."

Gabarito: A

14. (Fundatec/2019/Pref Água Santa/Tesoureiro)

De acordo com a lei que estatui as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, o exercício financeiro coincide com o ano civil e a ele pertencem:

- a) As despesas e receitas nele contabilizadas.
- b) As despesas fixadas para o período.
- c) As despesas nele liquidadas.
- d) As receitas e despesas previstas.
- e) As receitas nele arrecadadas.

Comentários

Mais uma questão sobre o artigo 35.

"Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I - as receitas nêle arrecadadas;

II - as despesas nêle legalmente empenhadas."

Gabarito: E

15. (Fundatec/2018/SEPOG RS/Analista de Planejamento, Orçamento e Gestão)

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o exercício financeiro coincide com o ano civil, ou seja, vai de primeiro de janeiro a 31 de dezembro de cada ano, e a esse período pertencem as receitas nele arrecadadas e as despesas nele empenhadas. Isso significa que a contabilidade do orçamento público adota o regime



- a) de caixa para as receitas e de competência para as despesas.
- b) de caixa tanto para as receitas quanto para as despesas.
- c) de competência para as receitas e de caixa para as despesas.
- d) de competência tanto para as receitas quanto para as despesas.
- e) misto para as receitas e de caixa para as despesas.

Comentários

Mais uma questão sobre o artigo 35 da Lei nº 4.320/64.

Receitas -> arrecadação -> regime de caixa

Despesas -> empenho -> regime de competência

Entende-se, portanto, que se trata de um regime misto, em que as receitas são reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas pelo regime de competência.

Gabarito: A

16.(Fundatec/2023/Prefeitura de Nova Santa Rita/Contador)

Segundo as novas normas de contabilidade aplicadas ao setor público, em relação aos regimes de reconhecimento de receitas e despesas orçamentárias, está correto afirmar que:

- a) A receita é considerada como realizada, nas contas de natureza orçamentária, no momento do fato gerador, independentemente do ingresso financeiro.
- b) As despesas são reconhecidas como realizadas, tanto nas contas orçamentárias como nas patrimoniais, somente na data da sua liquidação.
- c) As receitas são reconhecidas como variação patrimonial aumentativa no momento da ocorrência do fato gerador, independentemente do ingresso financeiro.
- d) É no momento da arrecadação que as receitas são reconhecidas como variação patrimonial aumentativa.
- e) Na contabilidade aplicada ao setor público, adota-se o regime de caixa para as receitas e de competência para as despesas.

Comentários

Vamos corrigir as afirmativas:

- a) A receita é considerada como realizada, nas contas de natureza **orçamentária patrimonial**, no momento do fato gerador, independentemente do ingresso financeiro.
- b) As despesas são reconhecidas como realizadas, ~~tanto nas contas orçamentárias como nas patrimoniais, somente na data da sua liquidação.~~



- c) As receitas são reconhecidas como variação patrimonial aumentativa no momento da ocorrência do fato gerador, independentemente do ingresso financeiro. **Certa**
- d) É no momento da **arrecadação ocorrência do fato gerador** que as receitas são reconhecidas como variação patrimonial aumentativa.
- e) Na ~~contabilidade aplicada ao setor público~~, adota-se o regime de caixa para as receitas e de competência para as despesas. **Sob o enfoque orçamentário, de fato, adota-se o regime de caixa para as receitas (arrecadação) e de competência para as despesas (empenho). Contudo, no enfoque patrimonial tanto as receitas quanto as despesas são reconhecidas por competência.**

Gabarito: C

17.(Fundatec/2023/Câmara Municipal de Cachoeira do Sul/Contador)

Os três estágios mais importantes da receita orçamentária são a previsão, o lançamento e a arrecadação. Tomando-se o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) como exemplo, tem-se a previsão do imposto através de sua consignação na Lei do Orçamento Anual; o lançamento tributário, que é o momento em que se constitui o crédito público; e, finalmente, a arrecadação, que é o momento em que o contribuinte paga o tributo. Considerando os sistemas (ou regimes, como denomina o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público) orçamentário e contábil (patrimonial), em relação à contabilização dos valores do IPTU, está correto afirmar que:

- a) A receita é reconhecida como tal, no sistema (regime) orçamentário, no momento da sua arrecadação.
- b) No sistema contábil (patrimonial), a receita é reconhecida como variação patrimonial aumentativa no mesmo instante em que ela é reconhecida no sistema orçamentário, pelo regime de caixa.
- c) No sistema contábil (patrimonial), a receita é reconhecida como variação patrimonial aumentativa no momento da arrecadação.
- d) No sistema (regime) orçamentário, a receita é reconhecida como tal no momento do lançamento tributário.
- e) Nos dois sistemas (regimes), reconhece-se a variação patrimonial somente na arrecadação, pois pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas.

Comentários

No caso do IPTU, temos o seguinte:

- A Variação Patrimonial Aumentativa (natureza patrimonial) é reconhecida quando da ocorrência do fato gerador, ou seja, no momento do lançamento tributário.
- A Receita Orçamentária (natureza orçamentária) é reconhecida na arrecadação.



A alternativa correta, portanto, é a letra A, que diz que a receita orçamentária é reconhecida quando da arrecadação.

Erros das demais:

Letras B e E - a VPA e a receita orçamentária, no caso do IPTU, não são reconhecidas ao mesmo tempo.

Letra C - é no regime orçamentário que a receita é reconhecida na arrecadação.

Letra D - é no regime patrimonial que a variação patrimonial aumentativa é reconhecida no momento do lançamento tributário.

Gabarito: A

Princípios

18.(Fundatec/2019/Gramadotur/Contador)

É base indispensável à integridade e à fidedignidade dos processos de reconhecimento, mensuração e evidenciação da informação contábil, dos atos e dos fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade pública, observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público. A qual princípio se refere essa descrição?

- a) Oportunidade.
- b) Entidade.
- c) Prudência.
- d) Continuidade.
- e) Competência.

Comentários

O princípio da contabilidade que trata da divulgação das informações de forma íntegra e tempestiva é o da oportunidade. Portanto, o gabarito é a letra A.

De acordo com este princípio, a falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, sendo necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

Quando a questão utilizar termos relacionados à integridade, à fidedignidade, à exatidão das informações, ela provavelmente estará tratando sobre o princípio da oportunidade, o qual é o mais recorrente em provas de Contabilidade Pública.

Gabarito: A



19.(Fundatec/2018/ALERS/Contador)

Assinale o princípio de contabilidade que se refere ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas, aplicado ao setor público.

- a) Entidade.
- b) Oportunidade.
- c) Registro pelo valor original.
- d) Prudência.
- e) Continuidade.

Comentários

Conforme comentamos na questão anterior...

Integridade e tempestividade -> oportunidade

Gabarito: B

20. (Fundatec/2018/Pref. Rondinha/Contador)

Na contabilidade pública, ao determinar que os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitir o acompanhamento da execução orçamentária, da composição patrimonial, a determinação dos custos, o levantamento das demonstrações contábeis e análise dos resultados econômicos e financeiros estão implicitamente se referindo à aplicabilidade do princípio da:

- a) Continuidade.
- b) Entidade.
- c) Competência.
- d) Prudência.
- e) Oportunidade.

Comentários

Se os serviços de contabilidade são organizados de forma que se permite o acompanhamento da execução orçamentária, da composição patrimonial, a determinação dos custos, o levantamento das demonstrações contábeis e análise dos resultados econômicos e financeiros, isso significa que elas são íntegras e tempestivas, portanto, novamente a questão trata do princípio da oportunidade.

Todas as questões recentes da Fundatec que encontramos sobre os princípios foram sobre o da oportunidade, então, ele é o de maior importância para você.

Gabarito: E



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

- 1. Dentre as empresas estatais, quais são obrigadas e quais aplicam facultativamente as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público?**
- 2. Qual o objeto da contabilidade aplicada ao setor público?**
- 3. O RCPG tem o propósito de atender as necessidades específicas de qual grupo de usuários?**
- 4. O que abrange o RCPG?**



- 5. Quem são os usuários primários dos RCPG?**
- 6. Se houver algum conflito entre a NBC TSP Estrutura Conceitual e alguma norma específica, qual deve prevalecer?**
- 7. Quais as seis características qualitativas apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?**
- 8. Quais as três restrições inerentes à informação apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?**
- 9. Quando uma informação contábil possui a característica qualitativa da relevância?**
- 10. Qual a diferença entre comparabilidade e consistência?**
- 11. A respeito das características qualitativas da informação contábil, quando é alcançada a representação fidedigna?**
- 12. Qual a característica qualitativa segundo a qual a informação deve estar disponível a tempo de ser útil?**
- 13. Qual característica qualitativa que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar?**
- 14. Quando uma informação é considerada material?**
- 15. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as receitas?**
- 16. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as despesas?**



17. A arrecadação e o empenho dizem respeito à execução orçamentária ou ao reconhecimento contábil patrimonial?

18. Em que momento deve ser reconhecidas as variações patrimoniais aumentativas e as diminutivas?

19. A execução da despesa orçamentária e da variação patrimonial diminutiva devem ser reconhecidas concomitantemente?

20. As etapas da receita são previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento. No caso de um imposto, como o IPVA, quando deve ser reconhecida a variação patrimonial aumentativa e quando deve ser reconhecida a receita orçamentária?

Perguntas com respostas

1. Dentre as empresas estatais, quais são obrigadas e quais aplicam facultativamente as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público?

As empresas estatais dependentes são obrigadas a aplicar as normas da CASP. As empresas estatais independentes têm aplicação facultativa ou por determinação dos órgãos fiscalizadores ou controladores.

2. Qual o objeto da contabilidade aplicada ao setor público?

Patrimônio Público.

3. O RCPG tem o propósito de atender as necessidades específicas de qual grupo de usuários?

Nenhum. O RCPG não tem o propósito de atender a finalidade ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários, mas sim de atender às necessidades dos usuários em geral.

4. O que abrange o RCPG?

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, e a apresentação das informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.

5. Quem são os usuários primários dos RCPG?

Os usuários dos serviços e os provedores de recursos, bem como os seus representantes.



6. Se houver algum conflito entre a NBC TSP Estrutura Conceitual e alguma norma específica, qual deve prevalecer?

Deve prevalecer a norma específica.

7. Quais as seis características qualitativas apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?

Relevância, Representação Fidedigna, Compreensibilidade, Tempestividade, Comparabilidade e Verificabilidade.

8. Quais as três restrições inerentes à informação apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?

Materialidade, custo-benefício e alcance do equilíbrio adequado entre as características qualitativas.

9. Quando uma informação contábil possui a característica qualitativa da relevância?

Quando tem a capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

10. Qual a diferença entre comparabilidade e consistência?

A comparabilidade possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos. A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração. A comparabilidade é o objetivo, enquanto a consistência auxilia a atingi-la.

11. A respeito das características qualitativas da informação contábil, quando é alcançada a representação fidedigna?

Quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.

12. Qual a característica qualitativa segundo a qual a informação deve estar disponível a tempo de ser útil?

Tempestividade.

13. Qual característica qualitativa que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar?

Verificabilidade.

14. Quando uma informação é considerada material?

Quando a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício.



15. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as receitas?

Arrecadação.

16. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as despesas?

Empenho.

17. A arrecadação e o empenho dizem respeito à execução orçamentária ou ao reconhecimento contábil patrimonial?

Dizem respeito à execução orçamentária.

18. Em que momento deve ser reconhecidas as variações patrimoniais aumentativas e as diminutivas?

No momento da ocorrência do fato gerador.

19. A execução da despesa orçamentária e da variação patrimonial diminutiva devem ser reconhecidas concomitantemente?

Não necessariamente. A execução orçamentária da despesa e contabilização patrimonial são independentes entre si. A orçamentária ocorre no momento do empenho. A patrimonial no momento da ocorrência do fato gerador da despesa.

20. As etapas da receita são previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento. No caso de um imposto, como o IPVA, quando deve ser reconhecida a variação patrimonial aumentativa e quando deve ser reconhecida a receita orçamentária?

A variação patrimonial aumentativa deve ser reconhecida no momento do lançamento, que é quando ocorre o fato gerador do crédito tributário. A receita orçamentária, por sua vez, é reconhecida quando da arrecadação do imposto.



LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1. (Fundatec/2023/IFC/Técnico - Contabilidade)

Em relação ao Campo de Aplicação e Abrangência do Sistema Contábil Público, analise as assertivas abaixo:

- I. Órgãos, secretarias, departamentos, agências, autarquias, fundações (instituídas e mantidas pelo Poder Público) são dispensados de aplicar a contabilidade pública.
- II. Tribunais de contas, defensorias e Ministério Público não devem aplicar a contabilidade pública.
- III. Aplica-se a contabilidade pública a governos nacional, estaduais, distrital e municipais.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) I, II e III.

2. (Fundatec/2023/CAU-RS/Contador)

Conforme o MCASP, quando a omissão ou distorção de uma informação possa influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização (accountability), ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício, essa informação é considerada:

- a) Útil.
- b) Material.
- c) Fidedigna.
- d) Importante.
- e) Relevante.



3. (Fundatec/2023/IFC/Técnico - Contabilidade)

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), para ser útil, a informação contábil deve representar os fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar de forma completa, neutra e livre de erro material. A qual característica qualitativa da informação contábil o trecho se refere?

- a) Compreensibilidade.
- b) Tempestividade.
- c) Comparabilidade.
- d) Relevância.
- e) Representação fidedigna.

4. (Fundatec/2021/Prefeitura de Tramandaí/Tesoureiro)

De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, analise as seguintes assertivas:

I. Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.

II. O objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

III. A função social da Contabilidade Aplicada ao Setor Público deve refletir, sistematicamente, o ciclo da administração pública para evidenciar informações necessárias à tomada de decisões, à prestação de contas e à instrumentalização do controle social.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) I, II e III.



5. (Fundatec/2021/Prefeitura de Candelária/Contador)

Conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público NBCT 16, analise as seguintes assertivas:

I. O objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

II. Patrimônio Público é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor privado, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor privado.

III. A função social da Contabilidade Aplicada ao Setor Público deve refletir, sistematicamente, o ciclo da administração pública para evidenciar informações necessárias à tomada de decisões, à prestação de contas e à instrumentalização do controle social.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e III.
- e) I, II e III.

6. (Fundatec/2020/Prefeitura de Imbé/Tesoureiro)

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle:

- a) patrimonial de entidades do setor público.
- b) da Penúria Pública.
- c) do Patrimônio dos Servidores Públicos.
- d) patrimonial dos Fornecedores.
- e) da apuração de imposto de renda de entidades públicas.



7. (Fundatec/2020/GHC/Contador)

Assinale a alternativa que apresenta o objeto da contabilidade aplicada ao setor público segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC T 16.

- a) Ativo e Passivo.
- b) Patrimônio Público.
- c) Situação Líquida Patrimonial.
- d) Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- e) Comitê de Pronunciamento Contábil.

8. (Fundatec/2019/Prefeitura de Porto Alegre)

As características qualitativas da informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das entidades do setor público são:

- a) Autenticidade, objetividade, compreensibilidade, representação fidedigna, comparabilidade e verificabilidade.
- b) Autenticidade, relevância, objetividade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade.
- c) Objetividade, autenticidade, compreensibilidade, relevância, comparabilidade e verificabilidade.
- d) Objetividade, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, autenticidade e verificabilidade.
- e) Relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade.

9. (Fundatec/2019/CRP 7/Contador)

O objetivo da elaboração e da divulgação da informação contábil dos entes públicos é fornecer dados para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e de tomada de decisão. Em face disso, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) enumeram as seis características qualitativas da informação contábil. Entre elas, há uma que visa a garantir a informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil. Ter a informação disponível mais rapidamente pode aprimorar a sua utilidade como insumo nos processos descritos acima. Essa característica qualitativa é a:

- a) Comparabilidade.
- b) Compreensibilidade.



- c) Relevância.
- d) Representação Fidedigna.
- e) Tempestividade.

10.(Fundatec/2019/Prefeitura de Salto do Jacuí)

Sobre a Contabilidade Pública, podemos afirmar que tem como objeto:

- a) O Patrimônio de uso comum do povo.
- b) O Patrimônio Público e o controle orçamentário.
- c) Os órgãos de controle interno e externo da administração direta e indireta.
- d) O Patrimônio e os bens de domínio público que no período recebem recursos governamentais.
- e) Registrar e controlar as alterações ocorridas no Patrimônio das Entidades Públicas ou Privadas.

11.(Fundatec/2019/Pref P das Missões/Contador)

No que diz respeito à contabilidade aplicada ao setor público, assinale a alternativa correta

- a) O objetivo é registrar os atos e fatos de naturezas orçamentárias, financeiras, patrimoniais e de compensação, demonstrando ao final do exercício o resultado apurado.
- b) É o ramo da ciência contábil em que se aplicam, no processo gerador de informações, os princípios orçamentários e as normas contábeis direcionadas ao controle patrimonial de entidades públicas.
- c) Utiliza sistema misto de contas, compreendendo o regime de competência, o de caixa, e o orçamentário e o financeiro.
- d) O objeto é registrar e controlar as alterações ocorridas no Patrimônio das Entidades Públicas ou Privadas, desde que recebam e apliquem recursos públicos.
- e) Fornece informações para o fim de demonstrar a organização e a execução da fazenda pública, o Patrimônio Público e suas variações e que auxiliam o processo de tomada de decisões por parte dos agentes e administradores públicos, bem como a adequada prestação de contas.



Orçamentário x Patrimonial

12.(Fundatec/2021/Prefeitura de Amestista do Sul/Auditor Fiscal)

Quanto aos registros contábeis dos valores relativos a uma determinada receita tributária de uma Prefeitura Municipal, assinale a alternativa INCORRETA, levando em conta as normas vigentes.

- a) A receita é classificada entre as receitas correntes.
- b) A Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) é registrada quando do lançamento da receita.
- c) Com o lançamento da receita, constitui-se o crédito tributário, o qual deve ser reconhecido no ativo como um direito da entidade pública.
- d) O registro nas contas de informação de natureza orçamentária ocorre por ocasião da arrecadação, não no lançamento da receita.
- e) O registro nas contas de natureza de informação patrimonial ocorre somente no momento da arrecadação da receita face ao regime de caixa.

13.(Fundatec/2019/CRP 7/Contador)

De acordo com a lei que rege a contabilidade pública no Brasil, o exercício financeiro coincide com o _____. Pertencem ao exercício financeiro as receitas nele _____ e as despesas nele legalmente _____.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- a) ano civil - arrecadadas - empenhadas
- b) ano civil - orçadas - liquidadas
- c) ano social - previstas - fixadas
- d) exercício social - arrecadadas - pagas
- e) exercício social - recolhidas - empenhadas

14.(Fundatec/2019/Pref Água Santa/Tesoureiro)

De acordo com a lei que estatui as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, o exercício financeiro coincide com o ano civil e a ele pertencem:

- a) As despesas e receitas nele contabilizadas.
- b) As despesas fixadas para o período.



- c) As despesas nele liquidadas.
- d) As receitas e despesas previstas.
- e) As receitas nele arrecadadas.

15.(Fundatec/2018/SEPOG RS/Analista de Planejamento, Orçamento e Gestão)

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o exercício financeiro coincide com o ano civil, ou seja, vai de primeiro de janeiro a 31 de dezembro de cada ano, e a esse período pertencem as receitas nele arrecadadas e as despesas nele empenhadas. Isso significa que a contabilidade do orçamento público adota o regime

- a) de caixa para as receitas e de competência para as despesas.
- b) de caixa tanto para as receitas quanto para as despesas.
- c) de competência para as receitas e de caixa para as despesas.
- d) de competência tanto para as receitas quanto para as despesas.
- e) misto para as receitas e de caixa para as despesas.

16.(Fundatec/2023/Prefeitura de Nova Santa Rita/Contador)

Segundo as novas normas de contabilidade aplicadas ao setor público, em relação aos regimes de reconhecimento de receitas e despesas orçamentárias, está correto afirmar que:

- a) A receita é considerada como realizada, nas contas de natureza orçamentária, no momento do fato gerador, independentemente do ingresso financeiro.
- b) As despesas são reconhecidas como realizadas, tanto nas contas orçamentárias como nas patrimoniais, somente na data da sua liquidação.
- c) As receitas são reconhecidas como variação patrimonial aumentativa no momento da ocorrência do fato gerador, independentemente do ingresso financeiro.
- d) É no momento da arrecadação que as receitas são reconhecidas como variação patrimonial aumentativa.
- e) Na contabilidade aplicada ao setor público, adota-se o regime de caixa para as receitas e de competência para as despesas.



17.(Fundatec/2023/Câmara Municipal de Cachoeira do Sul/Contador)

Os três estágios mais importantes da receita orçamentária são a previsão, o lançamento e a arrecadação. Tomando-se o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) como exemplo, tem-se a previsão do imposto através de sua consignação na Lei do Orçamento Anual; o lançamento tributário, que é o momento em que se constitui o crédito público; e, finalmente, a arrecadação, que é o momento em que o contribuinte paga o tributo. Considerando os sistemas (ou regimes, como denomina o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público) orçamentário e contábil (patrimonial), em relação à contabilização dos valores do IPTU, está correto afirmar que:

- a) A receita é reconhecida como tal, no sistema (regime) orçamentário, no momento da sua arrecadação.
- b) No sistema contábil (patrimonial), a receita é reconhecida como variação patrimonial aumentativa no mesmo instante em que ela é reconhecida no sistema orçamentário, pelo regime de caixa.
- c) No sistema contábil (patrimonial), a receita é reconhecida como variação patrimonial aumentativa no momento da arrecadação.
- d) No sistema (regime) orçamentário, a receita é reconhecida como tal no momento do lançamento tributário.
- e) Nos dois sistemas (regimes), reconhece-se a variação patrimonial somente na arrecadação, pois pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas.

18.(Fundatec/2019/Gramadotur/Contador)

É base indispensável à integridade e à fidedignidade dos processos de reconhecimento, mensuração e evidenciação da informação contábil, dos atos e dos fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade pública, observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público. A qual princípio se refere essa descrição?

- a) Oportunidade.
- b) Entidade.
- c) Prudência.
- d) Continuidade.
- e) Competência.



19.(Fundatec/2018/ALERS/Contador)

Assinale o princípio de contabilidade que se refere ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas, aplicado ao setor público.

- a) Entidade.
- b) Oportunidade.
- c) Registro pelo valor original.
- d) Prudência.
- e) Continuidade.

20.(Fundatec/2018/Pref. Rondinha/Contador)

Na contabilidade pública, ao determinar que os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitir o acompanhamento da execução orçamentária, da composição patrimonial, a determinação dos custos, o levantamento das demonstrações contábeis e análise dos resultados econômicos e financeiros estão implicitamente se referindo à aplicabilidade do princípio da:

- a) Continuidade.
- b) Entidade.
- c) Competência.
- d) Prudência.
- e) Oportunidade.



GABARITO

GABARITO



- | | |
|------|------|
| 1. C | 11.E |
| 2. B | 12.E |
| 3. E | 13.A |
| 4. D | 14.E |
| 5. D | 15.A |
| 6. A | 16.C |
| 7. B | 17.A |
| 8. E | 18.A |
| 9. E | 19.B |
| 10.B | 20.E |



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Lei 10.180/2001.

Lei 4.320/64.

NBC TSP Estrutura Conceitual.

Possati, G. *Contabilidade Pública*. Estratégia Concursos.

STN. (2021). *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 9ª edição*.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.